

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e dez minutos, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que a senhora deputada Maria João Martins e o Senhor Deputado António Batista Lopes Serra comunicaram antecipadamente que não iriam poder participar nos trabalhos da presente sessão, tendo sido substituídos nos termos legais e regimentais, pelos Senhores Deputados Alcino Vaz e Henrique Brunhoso, respetivamente. Informou ainda que se verificou a ausência do deputado Luís Miguel Mascarenhas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou também que se encontrava ausente a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilares da Vilariça, fazendo-se representar, respectivamente, pelos seus substitutos legais, Senhor Hélder Francisco Pousada e Américo José Ramos, em conformidade com o estabelecido no nº 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estava presente a ata da primeira sessão ordinária, realizada no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezanove, para ser submetida a aprovação, tendo a mesma sido aprovada, por **unanimidade**, dos vinte e dois deputados presentes. Não participaram na votação desta ata, os Senhores Deputados Alcino Vaz, Henrique Brunhoso, Hélder Pousada e Américo Ramos, por não terem estado presentes naquela sessão. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por dar a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Martins tendo iniciado a sua intervenção colocando uma questão ao sócio público da Alfandegatur, o Município de Alfândega da Fé. Disse que pese embora o Município não faça a gestão daquela empresa, deve acompanhar os seus movimentos comerciais, enquanto sócio, perguntando então se a Alfandegatur está a cumprir com as suas obrigações de crédito, ou seja, se está a cumprir com o pagamento à banca e aos fornecedores. O Senhor Deputado Gabriel Martins perguntou também pelas empresas brasileiras de têxtil e de cosmética anunciadas que ainda não vieram. A segunda questão colocada pelo Senhor Deputado Gabriel Martins tem a ver com as tarifas de água, uma vez que têm tido algumas queixas dos munícipes alegando que estão a pagar mais pela água, após a implementação da nova facturação, pelo que pede uma explicação sobre este novo modelo de facturação, para poderem explicar melhor aos munícipes. De seguida, o Senhor Deputado Gabriel Martins colocou a terceira questão relativa ao processo judicial que a Autarquia intentou contra o anterior Presidente da Câmara de Alfândega da Fé, cujo processo transitou em julgado com a absolvição do mesmo, por não ter sido provada qualquer prática de ilícito criminal. Neste caso, disse, a Autarquia desembolsou taxas de justiça, taxas de constituição de assistente, custas do pedido civil, custas do processo e honorários do patrocínio judiciário. Perguntou, assim, se o Executivo pode informar esta Assembleia e os munícipes do montante total que a Câmara desembolsou com este processo que entende só ter trazido despesa para a Autarquia. Continuando, o Senhor Deputado Gabriel Martins colocou uma quarta questão relacionada com os elementos que os Senhores Vereadores solicitaram, por escrito, à Câmara e que nunca lhe foram entregues. Disse ainda que na penúltima Assembleia lhe foi respondido pela Senhora Presidente da

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Câmara que iria fornecer os elementos requeridos mas que até ao momento ainda nada lhes foi fornecido nem informado de que haja algum impedimento. Além disso, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que sabe que a Senhora Presidente da Câmara tem faltado a algumas reuniões de câmara, tendo referido que é compreensível numa fase de fim de ciclo. Perguntou, então, quais os motivos porque não se responde. -----

----- Seguidamente, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara começando por dizer que na última reunião de câmara estava numa audição da Assembleia da República, juntamente com os restantes presidentes de câmara que fazem parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, para discutir o Plano Nacional de Investimentos. A Senhora Presidente da Câmara informou assim que têm vindo a acompanhar este processo, porque o Plano Nacional de Investimentos é um documento que vai definir os investimentos do Estado para a próxima década. Esse Plano foi elaborado pelo Governo e está em discussão na Assembleia da República e que os presidentes de câmara, foram convidados a participar nessa audição e que, evidentemente, não poderia faltar, dizendo ainda que a política não se faz apenas nas autarquias, faz-se em todas as instâncias e quando não está nas reuniões de câmara, está a trabalhar pelo concelho e pela região. A Senhora Presidente disse ainda que a nossa região precisa de investimento, a nossa região precisa de ir a Lisboa, ao Porto, ao estrangeiro, a Bruxelas, ao Brasil, pois essa é a única maneira para atrair investimento. Disse depois, em relação aos pedidos de informação, que se recorda que pediu para refazerem o pedido por escrito pois não sabia exactamente do que se tratava e que até ao momento não o fizeram. Lembrou ainda que havia duas situações, uma estava relacionada com o relatório social e que na altura respondeu que esses elementos estavam no Relatório e Contas de 2017, pois os números estão lá e que haveria outra situação mas como não foi feito novo pedido não pôde responder. Em relação ao processo judicial que, segundo o Senhor Deputado Gabriel Martins, a Autarquia intentou, a Senhora Presidente acha muito estranho que, sendo ele uma pessoa que trabalha na área da justiça, e que depois de todos os esclarecimentos já dados, venha dizer que a Autarquia intentou um processo. A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que não foi a Câmara Municipal de Alfândega da Fé que intentou processo algum. Quem intentou o processo, quem fez uma acusação contra o Dr. João Carlos Figueiredo foi o Ministério Público, que o acusou de participação económica em negócio e gestão danosa, com base em três casos que foram provados em tribunal. O Município de Alfândega da Fé constituiu-se assistente, disse, e a Autarquia tinha obrigação de se constituir assistente, tendo depois a Senhora Presidente esclarecido o porquê de ter de o fazer. -----

----- Quanto à questão colocada sobre as tarifas de água, a Senhora Presidente da Câmara disse que tudo o que é feito é com base na Lei. A alteração feita à factura da água, foi com base nessa alteração à Lei. Esclareceu ainda que todos os anos a ERSAR faz auditorias e aprova os tarifários. A Senhora Presidente disse ainda que pode posteriormente enviar uma explicação a todos os membros da Assembleia, para poderem estar informados. Quanto ao valor da factura em si, a Senhora Presidente da Câmara explicou que a factura contém o valor da água, o saneamento e os resíduos, tendo depois prestado alguns esclarecimentos quanto à factura em si, dizendo que a Câmara de Alfândega da Fé não é a Câmara do Distrito que cobra as tarifas mais altas, estando a cobrar tarifas na média do distrito existindo concelhos que cobram mais e outros que cobram menos-----

----- Relativamente à questão colocada sobre a Alfandegatur, a Senhora Presidente disse que era verdade que tinham ido ao Brasil e fizeram lá vários contactos com empresas que mostraram interesse em vir para Portugal, mas que ainda não vieram. Os custos foram apenas os custos das viagens, que não ultrapassaram os cinco ou seis mil euros para a Câmara. A Senhora Presidente disse ainda que não vão desistir de captar empresas e de captar investimento, pois isso é fundamental para garantir o futuro. Disse também que se acharem vantajoso fazer outras acções idênticas às que fizeram para o Brasil, entende que devem continuar a fazê-lo e que é um trabalho que tem de ser feito, com mais persistência, para captar investimento. Quanto à questão da dívida a fornecedores e à banca por parte da Alfandegatur, a Senhora Presidente da Câmara, Berta Nunes, disse que desconhece qualquer dívida a fornecedores, pois como todos sabem a Câmara tem apenas 35% de capital e que brevemente querem vendê-los, por um euro, como está no contrato, pois é intenção da Câmara e da própria Alfandegatur fazê-lo, sendo que até ao momento ainda não foi possível. Informou ainda que em

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

relação à banca existe um problema com a CGD que está a ser resolvido pela Alfandegatur. A Senhora Presidente da Câmara disse ainda acreditar que a situação vai ser resolvida positivamente e que daí vai resultar um investimento importante para o Concelho, criando mais oportunidades de emprego e que o Hotel & SPA é a principal porta de entrada dos turistas no concelho de Alfândega da Fé. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra à deputada Maria Manuel Cunha Silva que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que souberam recentemente que houve três jovens em Alfândega da Fé, que criaram as suas empresas, felicitando-os por isso. Disse ainda que criaram as suas empresas no âmbito de uma parceria que o Município tem com uma incubadora de empresas, que é a BLC3, parceria essa que não teve quaisquer encargos para o Município. Disse depois que também sabem que o nosso Município/Executivo tem vindo a fazer um trabalho muito dedicado, nomeadamente com o apoio do corpo técnico da Câmara, na captação de tudo o que é investimento através de fundos comunitários, felicitando também esse trabalho feito. Disse também saber que há um projecto na área da habitação social que vai ter como foco de intervenção o Bairro Social do Porto, perguntando depois em que consiste o projecto. -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente da Câmara explicando que está aprovada uma candidatura de cerca de trezentos mil euros para melhorar a eficiência energética de todas as habitações que ainda são propriedade da Câmara, ou seja, telhados, paredes, colocação de capoto, caixilharias, tornando as habitações mais eficientes do ponto de vista energético, fazendo com que as famílias possam poupar dinheiro no aquecimento e no arrefecimento das suas habitações, pelo que será lançado o concurso em breve. Quanto à BLC3, a Senhora Presidente da Câmara, disse que também se congratulam pelo facto de se terem criado essas duas empresas, sendo empresas que já estão a trabalhar e que são bastante úteis e que conseguiram encontrar nichos de mercado que pensa tornarão essas empresas viáveis. Depois o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou qual a atividade dessas empresas criadas, tendo a Senhora Presidente respondido que uma é no apoio aos agricultores, nomeadamente no castanheiro, mas não só, dando algumas explicações sobre o trabalho que este jovem de Sambade está a desenvolver. A outra empresa é de dois arquitectos, que criaram a sua empresa que pretende trabalhar em vários níveis, com marketing e imagem, nomeadamente no apoio aos agricultores na criação de rótulos e marcas, entre outros trabalhos. -----

----- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que as respostas dadas pela Senhora Presidente da Câmara às questões que lhes foram colocadas não foram respondidas de forma técnica, mas sim de forma política, explicando novamente o conteúdo de cada uma das questões. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal chamou à atenção do Senhor Deputado Gabriel Martins e dos restantes Deputados presentes que nesta sessão da Assembleia em que foi votada e aprovada a ata da sessão de 23-02-2019, onde consta claramente que a Senhora Presidente da Câmara solicitou ao Senhor Deputado Gabriel Martins que fizesse novamente o pedido por escrito, daquilo que realmente pretendia ter informação. O Executivo Camarário esteve à espera que o pedido voltasse a ser feito. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins, usou novamente da palavra, para dizer que não tem de fazer novamente o pedido das informações uma segunda vez. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu à Senhora Presidente da Câmara que verificasse nos serviços da Câmara, já que o Senhor Deputado Gabriel Martins não pretende fazer novamente o pedido por escrito, o que é que pediu nos diversos requerimentos que fez, para depois lhe ser enviada a resposta a esse requerimento, uma vez que tem direito a isso. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou de seguida da palavra dizendo que em relação à lista que o Senhor Deputado Gabriel Martins leu dizendo que não lhes foi respondido, não é verdade, pois o requerimento feito pelos Senhores Vereadores Victor Bebiano e José Almendra foi respondido. Os serviços responderam, mas não enviaram todos os elementos solicitados, justificando com base na lei de protecção de dados. A Senhora Presidente da Câmara disse ainda que a indicação que foi dada aos serviços foi ver o que estava escrito na ata da Assembleia e depois responder ao sr

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

deputado e isso foi feito. A Senhora Presidente disse que o Senhor Deputado Gabriel Martins não pode dizer que não foi respondido pois a informação foi -lhe enviada. A única coisa que a Senhora Presidente diz não ter sido respondido é o que tem a ver com escrituras, uma vez que essa informação não lhe chegou por lapso dos serviços certamente, mas vai mandar responder. -----

----- Continuando e respondendo à questão de quanto custou à Câmara o processo judicial contra o anterior Presidente da Câmara de Alfândega da Fé, a Senhora Presidente respondeu dizendo que a taxa de justiça que pagaram por a Câmara se ter constituído assistente do processo foi de cento e dois euros; os honorários e despesas com advogados, já com IVA, foi de quatro mil trezentos e cinco euros. A Senhora Presidente da Câmara alertou para o facto de que, nestes processos, a Câmara ganhou vinte e cinco mil euros ao conseguir baixar o preço a pagar ao Senhor Pinheiro, e também gostariam não ter de pagar cento e trinta e cinco mil euros ao Senhor Adolfo Videira, processo que ainda está pendente. Disse ainda que em certos processos, não podem ser funcionários da Câmara a representar a Câmara, pelo que tem que se contratar advogados para o fazer, lembrando de seguida, que quando este Executivo entrou para a Câmara havia duas avenças com dois advogados, uma delas que já tinha caducado, com o Dr. Telmo Cadavez, e outra que ainda tiveram que manter durante aproximadamente dois anos, com a Dr^a Rosa Vilares, que era de mil e quinhentos euros por mês. Quanto ao facto de estarmos a pagar mais ou menos água, a Senhora Presidente disse que tem ideia de ser um pouco mais, mas que neste momento não tem esses números mas esclareceu que vai ser enviada a informação detalhada para todos logo que possível. A Senhora Presidente da Câmara esclareceu ainda que a Câmara é obrigada a cobrir os custos, sob pena de não o fazendo ser penalizada no sentido de não poder concorrer aos fundos comunitários nesta área (POSEUR). Informou depois que dentro de pouco tempo terão a oportunidade de inaugurar a obra de água e saneamento que fizeram na zona da Gouveia, Cabreira, Picões, Ferradosa e Vilarelhos que tinham água imprópria para consumo e irão passar a receber água da Barragem de Sambade com qualidade, pelo que esse trabalho de atualização de consumos tem que ser feito, caso contrário, podemos ser penalizados nas candidaturas. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 22/04/2019, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente usou da palavra dizendo que sobre a situação financeira estão bastante satisfeitos porque tendo conseguido, nos últimos anos, cumprir o que a lei obriga que é reduzir pelo menos 10% do valor do endividamento ao ano, nos últimos 2 anos conseguiram reduzir mais de 10%, ou seja, 11,1% e conseguiram reduzir a dívida durante o ano anterior em 931.000€. Para além disso, a Senhora Presidente informou que não têm pagamentos em atraso, o prazo médio de pagamento a fornecedores é de 20 dias em Dezembro de 2018, mas neste momento é inferior. Disse também que conseguiram cumprir o equilíbrio orçamental e que já conseguiram sair do estado mais gravoso do desequilíbrio financeiro que é agora designado por recuperação financeira, estando já em saneamento financeiro. Isto vai permitir a, finalmente, reduzir os impostos locais mas a Senhora Presidente disse que faria uma explicação mais detalhada na devida altura. Disse ainda que os nossos munícipes podem ficar satisfeitos pois estas melhorias vão permitir reduzir gradualmente nos impostos locais.-----

----- 2. SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE ALFÂNDEGA DA FÉ, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTº 17º, Nº 1, ALÍNEA L) DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, ACTUALIZADA;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia fez referência ao ofício enviado pela CPCJ de Alfândega da Fé e alertou para o facto da Presidente da CPCJ dizer que o membro designado anteriormente não tinha disponibilidade, pelo que deverá ser designada uma pessoa com disponibilidade para o cargo. Passou depois a palavra ao Senhor Deputado

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Gabriel Martins que disse entenderem que esta pessoa deve ter alguma experiência em crianças na área da psicologia e do direito, pelo que indicou a Dr^a Olívia Bebiano para o cargo. -----

----- Entretanto, usou da palavra o Senhor Vereador Victor Bebiano que disse ter indicação de outra pessoa que só agora mostrou disponibilidade para fazer parte da Comissão Alargada da CPCJ, a psicóloga Dr^a Rita Rocha. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes designar a psicóloga Dra. Rita Rocha, para membro da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Alfândega da Fé, ao abrigo do disposto no artº 17º, nº 1, alínea I) da lei nº 147/99, de 01 de setembro. -----

3. RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS REFERENTE AO ANO DE 2018, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, É DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL ELABORAR E APROVAR OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E SUBMETÊ-LOS À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Usou da palavra para a Senhora Presidente da Câmara dizendo que daquilo que planearam para o ano de 2018 executaram 94,4% na receita e 93,54% na despesa. Em relação às rubricas da despesa, a Senhora Presidente referiu que aumentaram a despesa com pessoal de 291.000€, porque tem a ver com o facto de terem integrado cerca de 30 precários, mas ao mesmo tempo reduziram na rubrica de prestação de serviços e na rubrica de juros. Explicou ainda que, pelo facto de terem negociado os juros, houve uma poupança de cerca de 65.000,00€ e que também reduziram nos serviços cerca de 119.000,00€, pelo que desta forma compensaram o aumento na despesa com o pessoal. Disse ainda que reduziram o excesso de endividamento em 11,1% no ano de 2018, com um prazo médio de pagamento de 20 dias. Além disso a Senhora Presidente da Câmara informou que têm um índice de dívida (que é um indicador que diz se estamos ou não em excesso de endividamento) de 2,1 tendo vindo a diminuir este índice que já foi superior a 4 e ao chegar a 1,5 deixaremos de estar em excesso de endividamento. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezasseis votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados Rui Araújo, Carlos Pousado, Horácio Pinto, Américo Ramos, Henrique Brunhoso, Susana Guerra, Bruno Rachado, António Pacheco, Gabriel Martins e Adriano Andrade, aprovar o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2018. -----

3.1. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2018 - APROVADA PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO MEDIANTE PROPOSTA FUNDAMENTADA DO ÓRGÃO EXECUTIVO, CONFORME DISPOSTO NO PONTO 2.7.3 DO POCAL;

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três ponto um à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezasseis votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados Rui Araújo, Carlos Pousado, Horácio Pinto, Américo Ramos, Henrique Brunhoso, Susana Guerra, Bruno Rachado, António Pacheco, Gabriel Martins e Adriano Andrade, aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2018, apresentada pela Senhora Presidente da Câmara, datada de 04-04-2019. -----

4. INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO REFERENTE AO ANO DE 2018, APROVAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO E POSTERIOR APRECIÇÃO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO EM CONFORMIDADE, RESPETIVAMENTE, COM AS DISPOSIÇÕES DA ALÍNEA I) N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA L), DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara que remeteu os Senhores Deputados para a leitura do respectivo documento para verem o inventário e património do ano de 2018 do Município. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

5. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018 – PARA CONHECIMENTO;

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu ter visto escrito no facebook pela oposição que este Executivo falhou mas o que é certo, é que não falhou, disse, tendo depois dado algumas explicações, nomeadamente dizendo que quando fizeram o Plano de Ajustamento Municipal (PAM) que foram obrigados a fazer quando aderiram ao FAM, que é o Fundo de Apoio Municipal, foi feita uma previsão para 5 anos. Entretanto, disse, houve alterações, nomeadamente, a possibilidade de regularizar os precários e, tendo em conta todas as leis que o anterior governo fez que cerceou a autonomia do Poder Local que os impedia de contratar, pois estavam a viver de CEI's, com pessoas a trabalhar de forma precária e mal paga e este Governo permitiu fazer essa regularização de precários, tendo então aproveitado essa oportunidade, o que levou a aumento de despesas com o pessoal. Mas se olharem para os números, disse, a despesa global aumentou 886.923,00, mas a receita global aumentou 953.025€, tendo ainda um saldo positivo de 66.000€. A Senhora Presidente da Câmara disse também que é verdade que o prazo médio de pagamento previsto era de 10 dias no final de 2018 e que tiveram um prazo médio de pagamento de 20 dias, mas esclareceu que não têm pagamentos em atraso. Outra questão importante, disse, é a dívida em excesso. A Senhora Presidente explicou que tinham uma previsão no PAM de chegarem ao final de 2018 com um excesso de endividamento de 7.674.000€, mas na verdade o excesso de endividamento que existe no final de 2018 é de 5.896.000€, que é muito menos, e isto é que vai permitir a autarquia sair do excesso de endividamento e caminhar para ter finanças mais saudáveis. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, dizendo que no relatório que viram diz que o Município se compromete a manter a Participação variável do IRS à taxa máxima, que o Município se compromete a manter a Derrama à taxa máxima, que o Município se compromete a manter a aprovação da taxa de IMI à taxa máxima, que o Município aumentou as taxas do sector do saneamento, água e resíduos. Constataram também que o Município apenas se compromete a reduzir as despesas com as comunicações fixas e móveis e com o combustível em 2%, verificaram que o Município se comprometeu em promover a alienação por concurso público da participação de capital da empresa Alfandegatur dos 35% até ao final de 2016 e ainda não conseguiu fazer, dizendo que afinal falharam. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse ainda que verificaram que o Município se comprometeu em não adotar medidas em matéria de gestão de tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa e o que diz o relatório é que o Executivo aumentou as despesas com pessoal em 196.443€, pelo que disse que falharam. Constataram também que na rubrica das remunerações certas e permanentes se verifica um aumento face às despesas previstas no PAM, pelo que diz também terem falhado. Verificaram ainda que na rubrica de venda de investimentos, essa aumentou a receita, pois diz que este Executivo é perito em vender património que custou a adquirir. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse que vêm também um aumento na rubrica de impostos diretos, no valor 76.126,93, vêm um aumento na rubrica das taxas, multas e outras penalidades, vêm que as despesas correntes apresentam uma execução superior no montante de 437.191€, face ao previsto. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse ainda terem constatado que em 31 de dezembro de 2018, o número com o pessoal ao serviço era de 173 e que o previsto era 149, pelo que falharam também essa previsão. Verificaram também que o prazo médio de pagamento estava em 31/12/2018 em 20 dias e o PAM previa 10 dias, dizendo depois que são demasiadas falhas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé a 31/12/2018, nos termos do artigo 29º da Lei nº 53/2014 de 25/8 conjugado com o anexo I do Contrato PAM-----

6. PROPOSTA DE 1º ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2019;

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara explicando que esta alteração ao Mapa de Pessoal serviu para serem criados mais 3 lugares e que os restantes lugares já estavam criados, sendo 2 deles precários, que ainda não entraram e que irão entrar durante o corrente ano. A Senhora Presidente da Câmara disse depois que 3 lugares são por

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

mobilidade, ou seja, são pessoas que já estão a trabalhar na Câmara como assistentes operacionais e que vão por mobilidade, logo que seja possível, para assistentes técnicos, porque estão também a desempenhar funções administrativas, sendo uma forma de valorizar o seu trabalho, disse. Os novos lugares a criar são um para Assistente Social, e este foi criado porque a Câmara vai ficar com o Gabinete de Inserção Profissional, o GIP, que é um Gabinete que está na Liga dos Amigos do Centro de Saúde e vai passar para a Câmara e este lugar será financiado em mais de 60% pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Outro lugar é para jardineiro e outro é para Assistente Técnico na área das Águas e Saneamento porque temos um pedido de mobilidade de uma das pessoas que estava na DUA que já vai no dia 1 de Maio para a câmara de Murça e temos informação que já há outro pedido de mobilidade de uma pessoa que está no sector da água e saneamento, pelo que serão substituídas por um lugar de Assistente Técnico que irá fazer essas tarefas. -----

----- De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Susana Guerra que perguntou o que vai ser votado, pois diz que a informação leva à dúvida se vão votar os 12 lugares conforme a informação explica ou vão votar apenas a criação dos novos lugares ou as mobilidades, pelo que entende que na informação deveria constar o que de facto vai ser votado. -----

----- A Senhora Presidente esclareceu que de facto a informação levanta algumas dúvidas mas o que vai ser votado é uma alteração ao mapa de pessoal e o que a informação explica é os lugares que ainda estão vagos, quais são e a que correspondem. -----

----- Continuando, usou depois da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que a forma como está tratado o assunto, leva-os a algumas dúvidas. Concorda que esteja a ser votada a alteração ao mapa de pessoal, porque estão ali 3 lugares a mais. Referiu que no que diz respeito à mobilidade têm um entendimento e ao que diz respeito à criação de novos lugares entendem que este aumento de funcionários é exagerado, do ponto de vista de gestão autárquica, numa altura em que ainda não estão consolidados todos os precários, numa altura em que não temos a noção do impacto deste aumento significativo da despesa nas contas do Município. O Senhor Deputado Gabriel Martins diz não fazer muito sentido, para já, aumentar muito a despesa. Isto leva-os a pensar que o Executivo não quer permanecer muito mais tempo no poder, pois compromete o futuro. -----

----- A Senhora Presidente explicou que não podem criar novos lugares se não houver cabimento, e que estes novos lugares estão todos cabimentados para o ano de 2019, pois legalmente não poderiam fazer nenhum contrato novo sem estarem devidamente cabimentados na rubrica. E entende que os Senhores Deputados ou são a favor da fixação das pessoas ou são contra. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezasseis votos a favor e 10 votos contra, dos Senhores Deputados Rui Araújo, Carlos Pousado, Horácio Pinto, Américo Ramos, Henrique Brunhoso, Susana Guerra, Bruno Rachado, António Pacheco, Gabriel Martins e Adriano Andrade, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019. -----

7. CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL -ID 200 - POEUR-02-1810-FC-000098 - CONSTRUÇÃO DA BASE DE ACOLHIMENTO DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTECÇÃO E SOCORRO DA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES EM ALFÂNDEGA DA FÉ - 151.361,43€ -----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Guerra que questionou, relativamente ao prazo do pagamento referido no contrato, se é obrigatório ser a 15 anos ou se na realidade o poderiam fazer de imediato a partir do momento em que são feitos os pedidos de pagamento, uma vez que são candidaturas. Pergunta também qual foi a necessidade de o prolongar a 15 anos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu dizendo que se trata de um empréstimo do BEI – Banco Europeu de Investimento, para assegurar a execução dos Fundos Comunitários. É um empréstimo que não conta para o endividamento e é um empréstimo que tem condições muito favoráveis, e houve a necessidade de acelerar a execução porque senão podiam perder esse financiamento. A Senhora Presidente explicou depois que existem dinheiros dos Fundos Comunitários

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

já distribuídos pelos Municípios e que se não tivermos todas estas candidaturas aprovadas até ao final do ano o que acontece é que o dinheiro é retirado dos Municípios que estão a executar menos e distribuídos pelos Municípios que estão a executar mais. Então, disse, queremos tentar não perder nenhum dinheiro e acelerar a execução, até porque o Governo também quer acelerar a execução, pois tem todo o interesse em fazê-lo. Explicou ainda que estas condições foram colocadas pelo Governo e negociadas pelo Banco Europeu de Investimento. Por fim a Senhora Presidente concluiu dizendo que este empréstimo é um empréstimo bonificado a 15 anos e as condições são estas, e que é um empréstimo que não conta para o endividamento. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, autorizar a celebração do Contrato de financiamento reembolsável -ID 200 - POSEUR-02-1810-FC-000098 - Construção da base de acolhimento do grupo de intervenção de protecção e socorro da Região de Trás-os-Montes em Alfândega da Fé - 151.361,43€. -----

----- **8. CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL - ID 204 - POSEUR-03-2012-FC-000416 - SUBSISTEMA DE AA DE SAMBADE, CONCELHO DE ALFANDEGA DA FÉ (2016) - 95.201,46€** -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto oito à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, autorizar a celebração do Contrato de financiamento reembolsável - ID 204 - POSEUR-03-2012-FC-000416 - Subsistema de AA de Sambade, concelho de Alfandega da Fé (2016) - 95.201,46€. -----

----- **9. CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL -ID 205 - POSEUR - 08-5673-FEDER-000129 - INTERVENÇÃO NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDARIA DE ALFANDEGA DA FÉ - 102.500,06€** -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto nove à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, autorizar a celebração do Contrato de financiamento reembolsável -ID 205 - POSEUR - 08-5673-FEDER-000129 - Intervenção na Escola básica e secundaria de Alfandega da Fé - 102.500,06€. -----

----- **10. PARECER DO FAM – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS PELO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ NO ÂMBITO DOS PEDIDOS DE FINANCIAMENTO À LINHA BEI PT 2020-AUTARQUIAS – PARA CONHECIMENTO** -----

----- A Senhora Presidente usou da palavra explicando que para fazermos estes empréstimos era necessário ter o parecer do FAM, estando este a dar um parecer positivo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Seguidamente, usou da palavra a Senhora Presidente prestando algumas informações no sentido de dizer que a política social da Câmara deve ser uma política feita por unanimidade e que não podem aceitar que o apoio que as pessoas precisam sejam uma arma de arremesso político e por isso aceitaram, e foi aceite pelo PSD-CDS-PP, fazer uma revisão dos regulamentos de apoio social. Houve várias reuniões, as revisões foram feitas, houve inclusive alterações de última hora que foram incluídas. A Senhora Presidente referiu depois que estes regulamentos vêm aqui para aprovação, mas na eventualidade de alguém não estar de acordo com estes regulamentos, estes poderão ser retirados e serem consensualizados, uma vez que o executivo da Câmara Municipal de Alfândega da Fé não irá avançar com a aprovação destes regulamentos se não houver consenso, pois não queremos, disse, que haja aproveitamento político feito à conta daqueles que precisam. A política social da Câmara tem que ser consensual e tem que ser transparente. Disse ainda que todas as situações de apoio que se fazem vão todas a reunião de câmara, com os respectivos documentos de apoio, embora não fique o nome das pessoas em ata e a documentação é enviada por e-mail, para efeitos de decisão, apenas para os vereadores do PSD, com uma responsabilidade de que esses documentos estão sujeitos a sigilo. A Senhora Presidente da Câmara disse também que se a equipe técnica que elabora o relatório entende que reúnem as condições

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

para terem os respectivos apoios, com base nos seus dados pessoais e conforme estipulado nos regulamentos em causa, só têm que conceder esses apoios. A Senhora Presidente alertou ainda para o facto da política social da Câmara ser uma política de justiça social, transparente e tem que haver consenso para a aprovação destes regulamentos. -----

----- Depois, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins para dizer que as duas bancadas comungaram na alteração dos regulamentos e foi decidido procederem e criaram o processo para o efeito. A Assembleia delegou num grupo de trabalho para fazer a alteração dos regulamentos. Daquilo que sabem, disse, houve reuniões, houve entrega de trabalhos de parte a parte e apareceu a alteração dada como finda sem uma reunião do grupo de trabalho. Perguntou então se vão aprovar um regulamento que foi fechado e concretizado pelo grupo de trabalho que foi nomeado ou pelas assistentes sociais da Câmara. O Senhor Deputado Gabriel Martins, referindo-se depois à questão da fiscalização da justiça social que a Senhora Presidente colocou, disse que a questão não era dos regulamentos mas sim a falta de determinados documentos e relatórios no processo. A Senhora Presidente respondeu dizendo que o assunto foi à reunião de câmara e foi retirado para o grupo de trabalho poder reunir e verificar se estava tudo conforme, agora se o grupo de trabalho entende que precisa de mais reuniões ele é que pode dizer. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, uma vez que a Senhora Presidente diz que estes assuntos terão que ter consenso para serem aprovados, sugere que se tal não acontece os assuntos sejam retirados e que se façam as reuniões que acharem necessárias, por parte do grupo de trabalho. -----

----- De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Susana Guerra dizendo que não estava a perceber muito bem, pois leu os regulamentos e não se lembra de ter visto que a votação teria que ser consensual. Para além disso, disse, teve conhecimento que na última reunião de câmara foram levados dois apoios já aprovados pela Senhora Presidente, para ratificar e que ou os apoios são todos aprovados por consensualidade e tem que estar isso escrito nos regulamentos, ou então não, pois "*não pode haver dois pesos e duas medidas*", disse. A Senhora Presidente esclareceu depois que não está nada escrito que tem de ser a votação por consenso, o Executivo é que entende que deve ser por consenso, ou seja, as decisões devem ser consensuais. A ratificação, disse, é diferente, ou seja, essas competências estão delegadas na presidente, que pode aprovar e ir a ratificar a reunião de câmara, mas só o faz em situações em que a acção social refere que são muito urgentes, como por exemplo, corte de luz iminente.-----

----- Continuando, usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Rachado que disse que no seu entender como não foi feita uma reunião final com todos os membros do grupo de trabalho para este submeter o resultado da reunião, à reunião de câmara, deve-se fazer. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara concorda que essa reunião, ou mais, sejam feitas, se assim o entenderem, mas alertou para o facto de, quando as reuniões forem marcadas, estejam todos presentes, pois tem conhecimento que houve algumas faltas por parte de alguns membros do grupo de trabalho e se houver a necessidade de substituir algum elemento, que assim seja feito. -----

----- De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Maria Manuel Cunha Silva que disse que, como membro deste grupo de trabalho, nem sempre pôde comparecer às reuniões, pois trabalha em Mirandela e nem sempre podia vir durante a hora de serviço, e entende fazer sentido serem marcadas outras reuniões e serem feitas fora dessa hora. Disse ainda que na última reunião que foi convocada, já com algumas propostas feitas pelo grupo de trabalho, como só ela é que esteve presente, leram os regulamentos com as alterações propostas e ficou combinado, que os restantes membros do grupo enviariam por e-mail as respetivas propostas até meados da semana seguinte para depois irem à reunião de câmara. Assim concorda que se façam outras reuniões para ver se está plasmado tudo aquilo que todos propuseram e levar então estes regulamentos à reunião de câmara e depois à assembleia municipal para aprovação. -----

----- Assim sendo, os Regulamentos referentes aos pontos 11, 12 e 13 da ordem do dia foram retirados, por indicação do Executivo, para melhor apreciação pelo grupo de trabalho no sentido de se consensualizarem.

----- **11. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO** -----

----- Retirado da ordem do dia. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 12. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR

----- Retirado da ordem do dia. -----

----- 13. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS -----

----- Retirado da ordem do dia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Usou da palavra o Senhor Delfim Camelo começando por cumprimentar todos os presentes. Perguntou se em relação à questão do estacionamento na Avenida junto à Cooperativa Agrícola e à sua casa, que apresentou na anterior sessão já houve algum avanço, recuo ou se ainda não foi nada feito. Referiu depois que gostou muito de ouvir os Senhores Deputados a falar aquando da exposição de todos os assuntos, da Liberdade. -----

----- A Senhora Presidente esclareceu que a questão do estacionamento, apresentada pelo Senhor Delfim Camelo ainda não passou na Comissão de Trânsito, mas é um assunto que tem de ser decidido na Comissão de Trânsito, e é um assunto que não está esquecido. -----

----- De seguida usou da palavra a Senhora Olívia Jaldim Bebiano que chamou à atenção para a zona onde mora, que é perto do cemitério, mais concretamente, na zona da rotunda. Explicou que ao subir a rua que vem da rotunda do Centro de Saúde em direcção ao cemitério, os arbustos estão tão altos que dificultam a visibilidade. Em relação à questão do Bairro Social que foi referido, uma vez que tem tido no seu escritório algumas pessoas a dizerem que as rendas estão altas, pergunta se têm noção de quantas casas irão ser intervencionadas por conta desse programa anteriormente falado, uma vez que parte delas já foram vendidas, ou seja, qual é a percentagem de habitações sociais que ainda pertencem ao Município e se o Município tem intenção de criar mais habitações sociais. A Senhora Presidente referiu que em relação às casas do Bairro Social, ninguém se pode queixar de rendas altas. Além disso, as rendas são calculadas mediante os rendimentos e reajustadas sempre que oportuno pelos serviços da Ação Social. As rendas no mercado local, para muitas pessoas, que têm salário mínimo, de facto são altas. Mas está a ser feito um trabalho precisamente para situações como estas, associado à legislação do 1º direito, que vai permitir fazer habitação social, tendo de seguida prestado alguns esclarecimentos do ponto de situação deste projecto e da forma como este trabalho é feito através do IRHU. Entretanto a Senhora Presidente esclareceu que tem que ir à Reunião de Câmara e depois à Assembleia a Estratégia Local da Habitação que depois será enviada para o IRHU aprovar e depois de aprovada começarão a fazer as candidaturas. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

O Segundo Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

(Domitila de Fátima Morais Branco)